

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

THALITA MERIELLE BERNARDES

Possibilidades dos Parques Urbanos para o ensino e a aprendizagem de Geografia

Uberlândia-MG

2024

THALITA MERIELLE BERNARDES

Possibilidades dos Parques Urbanos para o ensino e a aprendizagem de Geografia

Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Dra. Adriany de Ávila Melo Sampaio

Uberlândia-MG

2024

THALITA MERIELLE BERNARDES

Possibilidades dos Parques Urbanos para o ensino e a aprendizagem de Geografia

Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Uberlândia, 22 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Adriany de Ávila Melo Sampaio – UFU

Profa. Dra. Maria Beatriz Junqueira Bernardes – UFU

Prof. Esp. Fernando Dias de Oliveira – SEEMG

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e Nossa Senhora por me concederem saúde, determinação e discernimento para perseguir meus objetivos e concluir este trabalho. Que Sua graça continue a me acompanhar, guiar e sustentar ao longo da minha vida.

Expresso minha gratidão aos meus pais, Aparecida e João Batista, pelo amor incondicional, apoio inabalável e pelos incansáveis sacrifícios. Ao meu esposo, Carlos, pela dedicação incondicional, compreensão, encorajamento nos momentos mais desafiadores e por acreditar em mim quando eu mesma não acreditava. Ao meu filho, Pedro, agradeço por sua compreensão nos momentos em que mais precisei, por seu apoio ilimitado e por ser a minha motivação para sempre buscar o melhor. Às minhas irmãs, Allyne e Amanda, que mesmo distantes geograficamente sempre estiveram presentes no meu coração. À Dommy, Donatello, Leonardo e Rafael, pelo amor ilimitado e suporte emocional.

Aos amigos presentes, ausentes, indiferentes, novos ou antigos, que de alguma forma contribuíram para esta jornada acadêmica, até mesmo aos que desacreditaram que seria possível o fim dessa graduação. Obrigada, vocês desempenharam um papel fundamental nessa trajetória. Aos colegas da Geografia que compartilharam esta jornada comigo, em especial a Júlia de Freitas e Fábio. Sem a presença de vocês o caminho teria sido muito mais árduo; que nossa amizade transcenda os limites da Universidade e que possamos continuar apoiando uns aos outros em todas as fases que a vida nos apresentar.

Quero expressar minha gratidão à Profa. Dra. Adriany de Ávila Melo Sampaio pelo seu constante suporte e orientação durante todo este trabalho. Sua competência, experiência e dedicação foram essenciais para o progresso deste estudo. Quero expressar meu reconhecimento à Profa. Dra. Amanda Regina Gonçalves por sua orientação durante minha graduação e por apresentar o vasto mundo de possibilidades relacionadas aos Parques Urbanos. Expresso meus sinceros agradecimentos à ilustre banca avaliadora por dedicar seu tempo, conhecimentos e atenção na análise e avaliação do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), agradeço pelo apoio e pelas oportunidades que me foram concedidas ao longo da minha formação acadêmica. Também gostaria de agradecer ao Instituto de Geografia, assim como aos funcionários e técnicos que trabalham nos bastidores para manter o bom funcionamento da Universidade e proporcionar um ambiente propício ao aprendizado. Um agradecimento especial também às escolas que gentilmente abriram suas portas para os estágios e aos professores preceptores que compartilharam seus conhecimentos de forma generosa e acolhedora.

Por fim, agradeço aos professores que ajudaram durante essa jornada. Que o impacto positivo que vocês tiveram em minha vida seja refletido em todas as minhas ações futuras. Sou eternamente grata pelo privilégio de ter tido vocês como meus professores.

“Nunca deixe que lhe digam que não
vale a pena acreditar no sonho que se
tem.” (RENATO RUSSO, 1987)

RESUMO

O debate sobre práticas educacionais tem crescido, visando métodos mais eficazes e significativos. Uma preocupação crescente é a necessidade de conectar o conteúdo escolar à realidade dos estudantes, especialmente em disciplinas como Geografia. No entanto, apesar dos esforços, as aulas tradicionais e o uso de livros didáticos ainda prevalecem em muitas instituições de ensino, o que pode limitar o interesse e a motivação dos alunos, especialmente quando se trata de temas relacionados aos espaços urbanos locais. Nesse contexto, surgem as atividades de campo como uma alternativa promissora, permitindo que os alunos experimentem na prática o que estão aprendendo e estabeleçam conexões mais profundas com o ambiente onde vivem. O presente trabalho visa analisar o potencial dos parques urbanos como recurso educacional no ensino de Geografia, com foco na cidade de Uberlândia-MG. O objetivo é caracterizar os parques urbanos e suas funções, investigar sua utilização para a Educação Ambiental conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e correlacionar os conteúdos abordados no currículo oficial com os parques locais. O método consiste em uma revisão bibliográfica para embasar a análise da literatura acadêmica sobre o tema e uma pesquisa de campo nos parques de Uberlândia-MG para identificar possíveis correlações com os conteúdos geográficos do currículo escolar. Os resultados apontam para o potencial dos parques urbanos como ambiente de aprendizagem, permitindo a exploração prática de conceitos geográficos e o desenvolvimento de uma consciência ambiental mais profunda. Além disso, evidencia a necessidade de capacitação dos professores e a colaboração entre autoridades locais, comunidades e educadores para integrar efetivamente os parques na educação. Por fim, destaca a importância dos Parques Urbanos como recursos educacionais valiosos para tornar o ensino de Geografia. Além disso, ressaltam a necessidade de superar desafios práticos e promover uma abordagem colaborativa e interdisciplinar para garantir o sucesso da integração dos parques na educação.

Palavras-chave: parques urbanos; ensino-aprendizagem; Geografia.

ABSTRACT

The debate on educational practices has been growing, aiming for more effective and meaningful methods. A growing concern is the need to connect school content to students' reality, especially in subjects like Geography. However, despite efforts, traditional classes and the use of textbooks still prevail in many educational institutions, which can limit students' interest and motivation, especially when it comes to topics related to local urban spaces. In this context, field activities emerge as a promising alternative, allowing students to experience firsthand what they are learning and establish deeper connections with the environment they live in. This paper aims to analyze the potential of urban parks as an educational resource in Geography teaching, with a focus on the city of Uberlândia, MG. The objective is to characterize urban parks and their functions, investigate their use for Environmental Education according to the National Common Curricular Base (BNCC), and correlate the contents addressed in the official curriculum with local parks. The method consists of a literature review to support the analysis of academic literature on the topic and a field survey in the parks of Uberlândia, MG to identify possible correlations with the geographical contents of the school curriculum. The results point to the potential of urban parks as learning environments, allowing the practical exploration of geographical concepts and the development of a deeper environmental awareness. Additionally, they highlight the need for teacher training and collaboration among local authorities, communities, and educators to effectively integrate parks into education. Finally, it underscores the importance of Urban Parks as valuable educational resources to make Geography teaching more relevant. Moreover, it emphasizes the need to overcome practical challenges and promote a collaborative and interdisciplinary approach to ensure the successful integration of parks into education.

Keywords: urban parks; teaching-learning; Geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização dos Parques em Uberlândia-MG.....	35
Figura 2 -	Parque Linear do Rio Uberabinha.....	36
Figura 3 -	Parque Municipal Luizote de Freitas	37
Figura 4 -	Parque Municipal Victório Siquierolli	39
Figura 5 -	Parque do Sabiá	41
Figura 6 -	Parque Municipal Distrito Industrial	42
Figura 7 -	Parque Natural Municipal do Óleo	43
Figura 8 -	Parque Santa Luzia.....	44
Figura 9 -	Parque Municipal da Gávea	45
Figura 10 -	Componentes curriculares do 2º ano do Ensino Fundamental I.....	48
Figura 11 -	Componentes curriculares do 6º ano do Ensino Fundamental II	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAMARU	Centro de Amostra e Aprendizagem Rural de Uberlândia
CCBE	Consórcio Capim Branco Energia Conselho Municipal de Defesa, Conservação e Desenvolvimento Ambiental
CODEMA	Ambiental
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DICA	Museu Diversão com Ciência e Arte
EA	Educação Ambiental
FUTEL	Fundação Uberlandense de Turismo Esporte e Lazer Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBAMA	Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Infis/UFU	Instituto de Física da Universidade Federal de Uberlândia
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
PMU	Prefeitura Municipal de Uberlândia
SNUC	Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	14
PARQUES URBANOS E SUAS FUNÇÕES.....	14
CAPÍTULO 2	26
POSSIBILIDADES DOS PARQUES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO E A APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA	26
CAPÍTULO 3	34
OS PARQUES DE UBERLÂNDIA COMO CONTEÚDO PARA AULAS DE GEOGRAFIA.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o debate em torno das práticas educacionais tem se intensificado, buscando novas abordagens que possam tornar o processo de ensino e aprendizagem mais eficaz e significativo para os alunos. Dentro desse contexto, tem-se observado uma crescente preocupação com a necessidade de aproximar o conteúdo escolar da realidade vivenciada pelos estudantes, especialmente no que diz respeito à Geografia Urbana e aos espaços do município onde residem.

Apesar dos esforços empreendidos, as aulas expositivas e o uso tradicional de livros didáticos ainda predominam em muitas instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas. Esta abordagem, embora possua suas vantagens, muitas vezes limita o interesse e a motivação dos alunos, especialmente quando os temas em estudo estão relacionados às características e dinâmicas dos espaços urbanos locais. Nesse sentido, é comum que os estudantes se vejam obrigados a se restringir aos conteúdos apresentados nos livros didáticos, que muitas vezes pouco ou nada abordam sobre o contexto específico de seu município.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de explorar novas estratégias e recursos que possam tornar o ensino mais atrativo e contextualizado. Nesse contexto, as atividades de campo surgem como uma alternativa promissora, capaz de estimular a atenção dos alunos e potencializar o aprendizado dos conteúdos propostos. Ao sair da sala de aula e explorar o ambiente externo, os estudantes têm a oportunidade não apenas de vivenciar na prática aquilo que estão estudando, mas também de estabelecer conexões mais profundas e significativas com o espaço onde vivem.

No entanto, apesar do grande potencial oferecido pelos espaços não formais, como os Parques Urbanos, para o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem, é comum que esses recursos permaneçam subutilizados. Isso se deve, em parte, à falta de cursos de formação continuada para os professores para a incorporação desses espaços em suas práticas pedagógicas, bem como à ausência de guias ou monitores para auxiliar os alunos durante as visitas. Esse despreparo muitas vezes acontece por falta de oportunidade por parte do corpo docente, e não por falta de conhecimento.

Diante desse contexto, o presente trabalho propõe-se a analisar as potencialidades de emprego dos parques urbanos como recurso complementar no processo de ensino de Geografia. Para tanto, serão delineados objetivos específicos, que visam caracterizar os parques urbanos e suas funções, apresentado no capítulo 1. Investigar as possibilidades de utilização desses espaços para a Educação Ambiental conforme preconizado pela Base

Nacional Comum Curricular (BNCC), discutido no capítulo 2. Por fim, foram sugeridas atividades educativas utilizando os Parques Urbanos de Uberlândia-MG como cenário para aulas de Geografia, correlacionando os conteúdos abordados no currículo oficial, discorrido no capítulo 3.

Ao longo deste estudo, espera-se não apenas destacar a importância dos parques urbanos como recurso educacional, mas também oferecer subsídios para que os professores possam incorporar de forma mais efetiva esses espaços em suas práticas pedagógicas, contribuindo assim para a promoção de uma educação mais contextualizada, significativa e alinhada com as demandas e desafios da atualidade.

CAPÍTULO 1

PARQUES URBANOS E SUAS FUNÇÕES

No dinâmico contexto das transformações urbanas, os parques e áreas verdes emergem como possibilidades de ensino e lazer. Ao longo das décadas, esses espaços evoluíram de meros refúgios estéticos para locais estratégicos, moldando-se às necessidades de uma sociedade em constante transformação. Neste contexto, a interação entre parques e Educação Ambiental surge como um tema importante, destacando-se não apenas pela sua relevância histórica, mas também pelo papel fundamental que desempenham na construção de cidades sustentáveis e cidadãos conscientes.

Ao longo deste capítulo será apresentada a trajetória evolutiva dos parques urbanos, desde suas origens históricas até seu papel contemporâneo como promotores da Educação Ambiental. Inicialmente concebidos como domínios exclusivos das elites, os parques se transformaram em instrumentos poderosos de sensibilização ambiental, promovendo a integração entre sociedade, natureza e educação. Ao analisar a interseção entre parques urbanos e Educação Ambiental, serão demonstradas as potencialidades pedagógicas.

Os parques, de maneira geral, constituem áreas destinadas à preservação, recreação e uso público, desempenhando funções cruciais na promoção da saúde, conservação ambiental, educação e lazer para as comunidades. Esses espaços abrangem uma ampla diversidade, desde reservas naturais até parques urbanos, cada um com suas características específicas. Os parques urbanos, em particular, são parcelas de natureza integradas ao ambiente urbano, com ênfase na acessibilidade para a população local. Além de proporcionar áreas verdes, eles se destacam por oferecer oportunidades variadas de recreação, lazer e convívio social.

Esses locais não apenas convidam à prática de atividades físicas como caminhadas, corridas e esportes, mas também promovem a harmonia social. Os parques urbanos se tornam pontos de encontro, fortalecendo os laços comunitários e contribuindo para uma sensação de pertencimento. Desempenham um papel crucial na melhoria da qualidade de vida e na preservação da saúde mental dos moradores das cidades. Além disso, eles exercem influência no microclima urbano, reduzindo as temperaturas e fornecendo áreas sombreadas.

A preservação da biodiversidade é uma característica compartilhada por todos os

tipos de parques, contribuindo para a manutenção de ecossistemas naturais e a convivência harmoniosa de diversas espécies. No âmbito urbano, os parques também têm potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico local, atraindo turistas, empresas, investimentos e possibilidades de ensino. De acordo com Castelnou:

A origem da palavra "parque" remonta ao baixo-latim *parricum*, passando pelo francês *parc*, indicando diversas diferenças em termos de dimensões, tratamentos, funções e equipamentos (Castelnou Neto, 2005, p. 297).

Segundo Macedo (2003), um parque é um espaço livre e público destinado ao lazer da massa urbana, estruturado por vegetação. Por outro lado, Scocuglia (2009) destaca a dificuldade na conceituação de parques devido à variabilidade em dimensões, formas, tratamentos paisagísticos, funções e equipamentos.

Balza (1998) propõe oito funções para uma definição mais precisa desses espaços: recreação (ligada a atividades esportivas formais e informais), papel estruturante na forma urbana, função estética, função de contemplação, planejamento de opiniões, função social e cultural, uso educacional e função orgânica ou ecológica.

A origem dos parques está fundamentada em dois pontos essenciais e orientadores: a urbanização e a industrialização dos países. O processo de urbanização teve início principalmente na Europa e nos Estados Unidos. De acordo com Martins Júnior (2007), esse fenômeno ocorreu com o surgimento de grandes cidades e metrópoles, inicialmente impulsionado pela industrialização e posteriormente pelo êxodo rural. “O termo ‘urbanização’ tecnicamente refere-se ao fenômeno em que a população urbana cresce em uma proporção superior à população rural” (Martins Júnior, 2007, p. 32).

Scocuglia (2009) destaca que os parques, definidos como equipamentos públicos, têm sua história marcada por experiências inglesas, francesas e norte-americanas. Os primeiros parques urbanos surgiram paralelamente à formação das cidades no final do século XVIII, atingindo seu auge nas décadas de 1850 e 1860 na Europa e nos Estados Unidos.

Oliveira (2010) acrescenta que a ideia de um sistema de parques começou a se desenvolver no século XIX nos Estados Unidos, com Olmsted, onde a presença do verde passou a ser incorporada nas cidades, inspirada em referências europeias como a arborização de vias e a criação de anéis verdes.

As mudanças comportamentais no Brasil não impulsionaram a criação de parques como destacado por Scocuglia (2009). O Brasil, no século XIX, não possuía uma rede urbana expressiva e o sistema de parques funcionava mais como uma extensão do cenário

das elites, que simplesmente reproduziam os modelos internacionais, notadamente ingleses e franceses. No início do século XIX, o Brasil passou por uma reorganização significativa de sua estrutura, especialmente após a chegada da família real portuguesa em 1808.

De acordo com o ICMBio (2022), em 1937 foi criado no Rio de Janeiro o primeiro Parque Nacional, denominado Itatiaia, por iniciativa de Getúlio Vargas durante seu período de governo (1930 a 1945). Ele ainda estabeleceu dois outros Parques Nacionais em 1939: Iguaçu e Serra dos Órgãos. Assim teve início a história dessas áreas protegidas no país. Durante o período de 1939 a 1959, nenhum novo Parque Nacional foi estabelecido, deixando um hiato de duas décadas. Em 1959, entretanto, uma nova fase de criação de Parques Nacionais teve início com o estabelecimento de Aparados da Serra, Araguaia e Ubajara. Tanto os presidentes Juscelino Kubitschek quanto Jânio Quadros demonstraram generosidade ao promover uma nova tendência de criação de Parques Nacionais, a maioria dos quais em 1961.

No próximo capítulo, será explorada as diversas funções e contribuições dos parques, desde sua importância ecológica até seu papel cultural e recreativo. Ao analisar as políticas e os impactos dessas áreas protegidas, buscamos compreender como os parques nacionais evoluíram de meras extensões das elites para verdadeiros patrimônios naturais do país, refletindo mudanças significativas no comportamento e na percepção ambiental do Brasil ao longo dos anos.

Funções e contribuições dos Parques

Considerando os estudos e debates centrados na questão das áreas verdes urbanas, torna-se necessário realizar uma revisão das concepções relacionadas a esses elementos. Por isso, destacam-se as questões significativas associadas aos diversos termos técnicos empregados em sua caracterização, tais como: espaços livres, áreas verdes, arborização urbana, sistemas de lazer, praças, parques urbanos e nomenclaturas similares. Como resultado disso, é pertinente a sistematização do uso desses termos, evitando assim a sua utilização inadequada.

A União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), por meio de sua Comissão Mundial de Áreas Protegidas, estabeleceu a definição de Parque Nacional como uma categoria II de área protegida. Isso implica que se trata de uma extensa porção de terra ou mar de grande importância para a preservação da natureza e da biodiversidade. A finalidade principal é: (1) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas

para as gerações presentes e futuras; (2) excluir atividades de exploração ou ocupação não relacionadas à proteção da área; e (3) fornecer uma base para que visitantes possam realizar atividades educacionais, recreativas ou científicas de maneira compatível com a conservação da natureza e dos bens culturais presentes.

Essa classificação da IUCN orienta a gestão das áreas protegidas com objetivos internacionalmente reconhecidos, adotados por diversos governos nacionais e pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa categorização estabelece um padrão global para a definição de áreas protegidas, influenciando inclusive legislações nacionais, como a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC no Brasil, especificamente a Lei 9.985 de 2000. No contexto brasileiro, os Parques Nacionais representam a categoria mais antiga e popular de Unidades de Conservação (UC), inseridos no grupo de Proteção Integral do SNUC. Conforme a legislação nacional, essas áreas devem preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, permitindo a realização de pesquisas científicas, atividades educacionais, interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, tudo através do contato direto com a natureza.

A responsabilidade pela gestão dos Parques Nacionais e outras unidades de conservação federais no Brasil recai sobre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Geralmente, a restrição de acesso aos Parques ocorre quando ainda não foi concluído o respectivo Plano de Manejo, um documento detalhado que estabelece os limites de utilização e visitação, considerando os riscos enfrentados pela fauna e flora local.

Já os parques urbanos e áreas verdes, são caracterizados pelo Ministério do Meio Ambiente uma região com características ecológicas, estéticas e de lazer, abrangendo uma extensão superior àquela encontrada em praças e jardins públicos. Segundo o Artigo 8º, Parágrafo 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, define-se área verde de domínio público como um espaço público que desempenha funções ecológicas, paisagísticas e recreativas, contribuindo para aprimorar a qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo caracterizado por vegetação e espaços não impermeabilizados.

As áreas verdes urbanas compreendem locais intraurbanos com cobertura vegetal, incluindo árvores (nativas e introduzidas), arbustos ou vegetação rasteira (gramíneas), desempenhando um papel significativo na melhoria da qualidade de vida e no equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas estão presentes em diversas situações, como espaços públicos, Áreas de Preservação Permanente (APP), canteiros centrais, praças, parques, florestas, UC urbanas, jardins institucionais e terrenos públicos não edificadas. Exemplos

de espaços verdes urbanos incluem praças, parques urbanos, parques fluviais, parques balneários e esportivos, jardins botânicos, zoológicos, certos tipos de cemitérios e faixas de conexão entre áreas verdes.

Conforme Bedimo-Rung (2005), as áreas verdes têm a capacidade de influenciar tanto os cidadãos quanto o ambiente urbano de diversas maneiras, revelando-se de significativa importância para a comunidade. Atualmente, esse tipo de espaço está intimamente associado a uma melhor qualidade de vida.

Segundo Nucci (2008) os parques são caracterizados como um tipo de área verde urbana, pois apresentam predomínio de vegetação (independente do porte) que integram o ambiente construído, além de possuírem outras características naturais. Elas correspondem na cidade a diferentes funções, sendo as principais: ecológica, estética e lazer.

De acordo com Oliveira (1996), áreas verdes são conceituadas como áreas permeáveis (sinônimo de áreas livres) públicas ou não, com cobertura vegetal predominantemente arbórea ou arbustiva (excluindo-se as árvores no leito das vias públicas) que apresentem funções potenciais capazes de proporcionar um microclima distinto no ambiente urbano em relação à luminosidade, temperatura e outros fatores associados ao bem-estar humano (funções de lazer); com significado ecológico em termos de estabilidade geomorfológica e amenização da poluição e que suporte uma fauna urbana, principalmente aves, insetos e fauna do solo (funções ecológicas); representando também elementos esteticamente marcantes na paisagem (função estética). Além das funções social, ecológica e estética, as áreas verdes também podem auxiliar na educação e até na psicologia se consideradas as vantagens do elemento antiestresse.

De acordo com a conceituação elaborada por Richter (1981, *apud* Geraldo, 1997, p. 40), o autor sugere a seguinte classificação para os espaços livres e o ambiente verde urbano:

- Jardins de representação e decoração: ligados a ornamentação, de reduzida importância com a relação à interação, com o meio e sem função recreacional. São jardins à volta de prédios públicos, igrejas etc.
- Parques de vizinhança: Praças, playgrounds, apresentam função recreacional, podendo abrigar algum tipo de equipamentos;
- Parques de bairro: São áreas ligadas a recreação, com equipamentos recreacionais, esportivos dentre outros, que requerem maiores espaços do que parques da vizinhança;
- Parques setoriais ou distritais: Áreas ligadas à recreação com equipamentos que permitam que tal atividade se desenvolva;
- Áreas de proteção para a natureza: Destinadas à conservação, podendo possuir algum equipamento recreacional para o uso pouco intensivo;

- Áreas de função ornamental: Áreas que não possuem caráter conservacionista, nemrecreacionista, são canteiros de avenidas e rotatórias;
- Áreas de uso especial: Jardins, zoológicos e botânicos;
- Áreas para esportes;
- Áreas de pedestres: calçadas.

Llardent (1982, p. 151, citado por Lobada; Angelis, 2005, p. 132) propõe as seguintes classificações:

- Sistemas de espaços livres: Conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinados aos pedestres para o descanso, o passeio, a prática esportiva, e em geral, o recreio e entretenimento em sua hora de ócio.
- Espaço livre: Quaisquer das distantes áreas verdes que formam o sistema de espaçoslivres.
- Zonas verdes, espaços verdes, áreas verdes, equipamentos verdes: Qualquer espaçolivre no qual predominam as plantas de vegetação, correspondendo em geral, o que se conhece como parques, jardins ou praças.

O autor ainda destaca a importância da presença de árvores em espaços abertos ou coletivos, ressaltando a necessidade de intervenção por parte das autoridades públicas, que têm a capacidade de realizar podas nas áreas verdes tanto privadas quanto públicas nas áreas urbanas. Segundo o autor, esses elementos podem ser divididos em dois grupos distintos: ÁreasVerdes e Arborização Urbana. Milano (1984) destaca que a cobertura arbórea das áreas abertas ou coletivas são um importante setor da administração pública, tendo em vista a facilidade de supressão da cobertura arbórea das áreas privadas urbanas. Para esse autor, tais áreas dividem-se em dois grupos, as áreas verdes e arborização urbana.

Lucon (2011 *apud* Di Fidio, 1990, p.27) propõe uma categorização ou classificação para os espaços urbanos e suburbanos:

- Espaços verdes urbanos privados e semipúblicos: Jardins residenciais; HortosUrbanos; Verde semipúblico.
- Espaços verdes urbanos públicos: Praças; Parques Urbanos; Verde balneário e esportivo; Jardim botânico; Jardim zoológico; Mostra (ou feira de jardins; cemitério;Faixa de ligação entre áreas verdes; Arborização urbana).
- *Espaços verdes sub-urbanos*: Cinturões verdes.

Nucci também considera:

As áreas verdes estabilizam as superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas; criam obstáculos contra o vento; protegem a qualidade da água, pois impedem que substâncias poluidoras escurram para os rios; filtram o ar; diminuem a poeira em suspensão; equilibram os índices de umidade no ar; reduzem o barulho; abrigam a fauna; contribuem para a organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas; colaboram com a saúde do homem e também atenuam o impacto pluvial, auxiliando na captação de águas pluviais, tendo em vista que a impermeabilização crescente e progressiva do solo prejudica o escoamento superficial, não tendo a rede de captação de águas pluviais capacidade suficiente para escoar de modo rápido o grande volume de água que faz transbordar os córregos e se acumula nos vales do sítio urbano. (Nucci, 2008, p. 23).

As cidades brasileiras enfrentam, na atualidade, distintos problemas relacionados às questões ambientais e modos como a sociedade organiza as cidades e destina esforços para manutenção de áreas verdes em suas zonas urbanas. De acordo com Corrêa (2005), o espaço urbano enquanto espaço fragmentado e articulado se destaca como produção e reprodução de atividades diversas que são sociais, econômicas, e culturais dentro da cidade, sendo essa um local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Dentro do espaço urbano, lugar em que se faz presente o reflexo das necessidades de sua população e ainda ocorre um processo de urbanização acentuada da atualidade, em diversas vezes pode deixar de lado a qualidade de vida dos espaços da comunidade. Assim, é possível refletir sobre a importância de ter mais espaços de lazer, como os parques, classificados como áreas verdes.

As áreas verdes urbanas, como parques, praças e zonas naturais dentro das cidades, desempenham um papel essencial na melhoria da qualidade de vida dos moradores. Esses espaços oferecem uma variedade de benefícios que vão desde o fornecimento de áreas de lazer e recreação até a promoção da saúde física e mental, passando pela mitigação dos efeitos negativos da urbanização no meio ambiente. Neste debate, exploraremos a importância dessas áreas verdes, discutindo seus benefícios diretos e indiretos, bem como os desafios enfrentados na sua preservação e expansão dentro do contexto urbano contemporâneo.

Para Sanchotene (2004, p.5) os benefícios atuais dessas áreas verdes são variados e efetivados diretamente na forma de:

- Promoção de conforto térmico pela diminuição das temperaturas;
- Diminuição do consumo de energia nos centros urbanos;
- Resfriamento por sombreamento e evapotranspiração;
- Promoção da melhoria da qualidade do ar, através da geração de oxigênio na atmosfera, diminuição do gás carbônico, e adsorção de partículas poluentes;
- Promoção da estabilidade climática;
- Enriquecimento do solo por acréscimo de matéria orgânica e dos nutrientes aumentando a fertilidade dele;
- Controle da erosão pela proteção que o sistema radicular da vegetação confere ao solo;
- Manutenção de umidade no solo;
- Proteção das áreas de captação de água;
- Controle de inundações;
- Controle da poluição sonora;

- Conforto lumínico;
- Promoção da biodiversidade favorecendo a conservação da vida silvestre, oportunizando a propagação de espécies nativas; Promoção do desenvolvimento sustentável, prejudicado pela urbanização. E dentre os benefícios indiretos, mas de igual importância, citados pela mesma autora ainda existem: Lazer e Recreação; Ecoturismo; Melhoria das relações humanas psicossociais, promovendo a saúde mental e física das pessoas; Educação; Valorização monetária de propriedades circundantes; Fortalecimento da organização comunitária.

Para Andrade (2001), as zonas de vegetação transformam-se em marcos dentro das áreas urbanas de maior dimensão, estando principalmente ligadas à ideia de lazer, já que proporcionam uma variedade de opções de entretenimento, como por exemplo caminhadas, jogos e momentos de descontração. Adicionalmente, desempenham um papel importante como locais de encontro social.

Para Souza (2007), assim, tendo em vista a demanda por espaços mais propícios para a realização de atividades físicas ao ar livre e para proporcionar um lazer gratificante, destacam-se os parques urbanos, as praças públicas e outras zonas naturais, como as praias, como as principais áreas com maior potencial para atender a esses objetivos.

Esses espaços públicos desempenham um papel fundamental nas cidades, pois contribuem de diferentes formas para o bem-estar, desenvolvimento e qualidade de vida dos moradores. Podemos citar a interação social, promoção da saúde mental, atividades físicas e saúde, cultura e arte, inclusão e acessibilidade, cidadania e identidade, redução da poluição e melhoria ambiental, economia local e segurança pública e planejamento urbano sustentável. Possuem também potencial pedagógico para incentivar alunos e alunas a desenvolverem consciência ambiental a partir da observação do lugar onde vivem.

De maneira mais acentuada, especialmente nos últimos períodos, a abordagem das questões ambientais tem se tornado uma pauta inescapável na vida diária das cidades. Nesse contexto, as zonas verdes assumiram um papel central como símbolos principais na preservação do meio ambiente, diante de sua deterioração e da limitada área a elas destinada nos centros urbanos.

A Educação Ambiental (EA) desempenha um papel importante na formação de indivíduos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente. Por meio do desenvolvimento de valores, conhecimentos e habilidades voltados para a preservação ambiental e a qualidade de vida, essa abordagem educacional busca sensibilizar a sociedade sobre a importância da conservação dos recursos naturais. A inclusão EA nos diferentes níveis de ensino e a valorização dos espaços verdes urbanos como locais de

aprendizado prático são estratégias essenciais para promover uma cultura de sustentabilidade e garantir um futuro mais equilibrado e resiliente para as áreas urbanas.

Para Uhmman (2013), a EA parte do princípio de abordar o meio ambiente em sua totalidade, englobando tanto seus aspectos naturais quanto aqueles moldados pela intervenção humana, como os aspectos políticos, sociais, econômicos, científico-tecnológicos, histórico- culturais, morais e estéticos. Dentro do contexto escolar, os problemas ambientais devem ser compreendidos considerando o estilo de vida dos indivíduos em relação aos outros e a si mesmos. Nesse sentido, a escola, enquanto agente formador de cidadãos, deve promover o desenvolvimento do pensamento crítico, incentivando os alunos a participarem efetivamente de questões ambientais de acordo com sua realidade vivenciada. Certamente, eles terão muito a contribuir ao aplicarem os conceitos aprendidos.

De acordo com Risso e Pascoeto (2016), a EA desempenha um papel crucial ao possibilitar que cada indivíduo se reconheça como responsável e atue de maneira proativa na busca por seus direitos constitucionais relacionados ao meio ambiente.

A EA, conforme estabelecido na Lei 9.975/99, é compreendida como:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Conforme a mesma lei, a EA não formal deve ser promovida pelos órgãos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a importância das unidades de conservação e promover a conscientização ambiental das populações tradicionalmente vinculadas a essas unidades (Lei 9.795/99 - Brasil, 1999). Isso abrange diversas práticas e ações direcionadas à preservação da qualidade do meio ambiente.

Portanto, a EA direcionada a práticas e ações em defesa do meio ambiente permite e incentiva a (re)descoberta de valores que visam tornar a sociedade mais justa. Além disso, ela influencia a relação entre o ser humano e o meio ambiente, promovendo uma nova consciência pautada na conduta de envolvimento e pertencimento às questões ambientais.

De acordo com Martins, mesmo ações pequenas já possuem uma importância significativa:

Acredito que pequenas ações, nos locais que frequentamos e com as pessoas com quem convivemos fazem muita diferença, tentar economizar copos plásticos no trabalho, indicar impressões frente e verso e a utilização de papéis

considerados “velhos” como rascunho, não jogar lixo no chão, evitar vazamentos e desperdício de água, economizar energia elétrica, são atitudes – inicialmente – isoladas, mas que a final de um ano, por exemplo, terão um grande impacto no ambiente, assim como, é, uma semente para incentivar aqueles que estão a volta, gerando uma rede que com tempo, terá suas ações isoladas transformadas em grandes mudanças. (Martins, 2008, p.13).

De acordo com Ab’Saber (1994) a EA aplicada no processo da educação básica torna- o um compromisso comportamental e de cidadania do indivíduo com o presente e o futuro do meio ambiente. Também descreve que:

Para alcançar seus objetivos maiores, a EA (Educação Ambiental) defende uma somatória de sanidades. Sanidade do ar. Sanidade das águas. Sanidade das coberturas vegetais remanescentes. Sanidade do solo e do subsolo. Uma maior harmonia e menos desigualdades no interior da sociedade. A possibilidade de uma habitação adequada e sadia. Um transporte coletivo menos sofrido. Condições razoáveis no ambiente de trabalho "intramuros". Nas fábricas e oficinas. Um ambiente que ajude a prolongar a vida e o bem-estar de todos os membros da sociedade: crianças, velhos e adultos. Ab’Saber (1994, s/p).

O autor ainda afirma que Além disso, a EA deve respeitar a regionalidade e as diversidades culturais de cada povo. Ela deve estar na educação básica nas formas inter e transdisciplinares, em que há um diálogo entre os saberes, formando uma relação do conhecimento, agregando valores e possibilitando um processo de aprendizagem formador de indivíduos com capacidade de viver de forma sustentável.

Guimarães (1995) acredita que torna-se uma necessidade, um exercício contínuo e infindável que deve englobar todos os níveis escolares e etapas da educação, principalmente as novas gerações, para que eles possam responder pelo processo de mudanças do atual estado ambiental.

Tozoni-Reis (2012) afirma que A EA incluída no Ensino Básico no Brasil possui diversas concepções e práticas, além de diferentes abordagens, sendo o senso crítico a abordagem mais representativa no processo educacional.

A dimensão pedagógica do Brasil para a Educação Ambiental ficou evidenciada com a Política Nacional de Meio Ambiente, pela Lei nº 6.938/1981 que foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, em que evidencia o Artigo 2º, inciso X, a necessidade de promover a "educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”

Trajber e Mendonça concluem que:

A lei reafirma o direito à educação ambiental a todo cidadão brasileiro comprometendo os sistemas de ensino a provê-lo no âmbito do ensino formal. Em outras palavras, poderíamos dizer que toda (o) aluna (o) na escola brasileira tem garantido esse direito, durante todo o seu período de

escolaridade. (Trajber e Mendonça, 2007, s/p).

Ao explorarmos o universo dos parques e áreas verdes urbanas, compreendemos a complexidade de suas origens, funções e contribuições para a sociedade. Originados no contexto da urbanização e industrialização, esses espaços evoluíram ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais, culturais e ambientais. A diversidade de funções atribuídas aos parques, desde sua concepção até as categorizações propostas por diversos estudiosos, demonstra a polivalência desses espaços, capazes de integrar aspectos recreativos, estéticos, sociais, culturais, educacionais e ambientais.

No contexto brasileiro, a trajetória dos parques revela uma peculiaridade, marcada pela influência de modelos estrangeiros e, inicialmente, destinada às elites. A reorganização urbana ocorrida no século XIX, especialmente após a chegada da família real portuguesa, impactou a configuração das cidades brasileiras, estabelecendo bases para a incorporação de parques e jardins como elementos essenciais. A relevância dos parques vai além do lazer e contempla uma série de benefícios ambientais, sociais e psicológicos. O reconhecimento desses espaços como instrumentos de EA, conforme preconizado pela legislação brasileira, destaca a importância de incorporar princípios de sustentabilidade e preservação nas práticas educativas.

No âmbito educacional, a interseção entre parques e Educação Ambiental emerge como uma ferramenta poderosa para sensibilizar as gerações presentes e futuras sobre a importância da conservação e do equilíbrio ambiental. A inclusão desses temas nas instituições de ensino, aliada à valorização das áreas verdes urbanas como espaços de aprendizado prático, contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade.

Ao explorar as diversas dimensões dos parques e áreas verdes urbanas, percebe-se que sua preservação e promoção se revelam como elementos fundamentais na construção de cidades mais saudáveis, equilibradas e resilientes. A relação entre a sociedade e esses espaços, permeada por benefícios físicos, mentais e ambientais, reforça a necessidade contínua de investimentos, planejamento urbano consciente e EA para garantir a sustentabilidade e qualidade de vida nas áreas urbanas.

No próximo capítulo, serão exploradas as diversas formas pelas quais os parques oferecem oportunidades valiosas para a promoção da Educação Ambiental no contexto educacional, especialmente no ensino e aprendizagem da disciplina de Geografia. Será

abordado como os parques podem servir como verdadeiros laboratórios vivos, permitindo que os alunos se envolvam em experiências práticas e imersivas com os conceitos geográficos enquanto interagem com o meio ambiente natural. Ao destacar essas oportunidades, busca-se demonstrar como os parques não apenas complementam, mas também enriquecem significativamente o processo de ensino e aprendizagem da Geografia, oferecendo uma perspectiva prática e contextualizada para os alunos explorarem.

CAPÍTULO 2

POSSIBILIDADES DOS PARQUES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO E A APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA

A Educação Ambiental (EA) nas escolas visa moldar um indivíduo consciente em relação ao meio ambiente, incorporando valores essenciais para uma formação integral. Seu enfoque está na educação formal, objetivando desenvolver uma consciência ambiental saudável de qualidade. Para atingir esse propósito, é fundamental que a escola não atue de maneira isolada, mas busque alinhar-se com as normativas legais em todos os níveis, aproveitando os benefícios oferecidos pela cidade e pelo Estado.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Artigo 1º, a educação ambiental refere-se aos processos nos quais tanto o indivíduo quanto a comunidade desenvolvem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação do meio ambiente, um recurso de uso comum vital para a qualidade de vida saudável e sustentável.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Artigo 2º, a Educação Ambiental é considerada uma parte integral da educação, sendo uma prática social intencional que visa integrar o desenvolvimento individual em uma dimensão social, tanto em relação à natureza quanto aos outros seres humanos. Seu objetivo é fortalecer essa interação humana com a natureza, promovendo uma consciência ética em relação ao meio ambiente e às práticas sociais relacionadas a ele.

Na Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru (1976), foi definido que a Educação Ambiental é um processo educativo contínuo em que a comunidade educativa se conscientiza da sua realidade global, compreendendo as relações estabelecidas entre os seres humanos e a natureza, assim como os problemas decorrentes dessas relações e suas causas fundamentais. Por meio de uma prática que envolve o estudante com a comunidade, a Educação Ambiental promove valores e atitudes que incentivam uma mudança para superar essa realidade, tanto em seus aspectos naturais quanto sociais. Além disso, ela desenvolve as habilidades e atitudes necessárias no estudante para contribuir efetivamente para essa transformação.

É evidente que a resolução das questões ambientais requer uma abordagem abrangente que transcenda diferentes setores, dado o impacto que exercem sobre áreas importantes como a educação, a economia e a saúde. Nesse contexto, destaca-se o papel

essencial da escola no que concerne à Educação Ambiental. De acordo com Paulo Freire (1997) e sua tese de educação libertadora: “A Educação Ambiental vai muito além dos conhecimentos científicos descritivos e explicativos”.

Tem como meta a formação de um cidadão ambientalmente educado, capacitado a compreender os recursos naturais, suas fragilidades e potencialidades, e apto a promover o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, Ab’Saber (2008) destaca que:

Para a manutenção de um desenvolvimento sustentável nos níveis local e regional, é necessário que sejam preservados os recursos hídricos, tanto em quantidade, como em qualidade. As futuras gerações terão as mesmas necessidades fundamentais que as nossas para a sua manutenção, embora provavelmente desenvolvam técnicas mais adequadas para o manejo e a utilização dos recursos hídricos. (Ab’Saber, 2008, p. 3).

A Educação Ambiental desempenha um papel fundamental na transformação integral dos seres humanos, capacitando os cidadãos para a reflexão crítica e para ações sociais corretivas ou transformadoras do sistema. Sua construção conceitual engloba diversas áreas científicas, conforme Pelicioni (2005):

A educação ambiental exige um conhecimento aprofundado de filosofia, da teoria e história da educação aplicada, de seus objetivos de meio ambiente. Sua base conceitual é fundamentalmente a Educação e complementarmente as Ciências Ambientais, a História, as Ciências Sociais, a Economia, a Física, as ciências da Saúde, entre outras. (Pelicioni, 2005, p.3).

Sua definição é dada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.795/99 como:

Art. 1º - Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Para Dias (1992), a Educação Ambiental se divide em formal, informal ou não-formal, com base no pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, promovendo a transformação e a construção da sociedade. A distinção de cada uma dessas modalidades será esclarecida nos três tópicos a seguir:

Educação Ambiental formal é a modalidade institucionalizada, obrigatória e assume o papel do Estado. Desenvolve-se na rede de ensino, integrada à estrutura curricular, com formação específica para os professores e uma organização pedagógica definida. A compreensão da realidade ambiental como dinâmica e socialmente exercitável requer uma forma especial de educação, destacando-se o papel crucial do Estado. Pressupõe a interdisciplinaridade no processo educativo, promovendo a participação ativa dos alunos e seu engajamento na resolução de problemas comunitários. A interdisciplinaridade é uma abordagem que envolve a combinação de conhecimentos,

métodos e perspectivas de diferentes disciplinas para abordar problemas complexos de maneira mais abrangente e eficaz. Em vez de focar em uma única área, busca-se a colaboração entre diferentes especialidades para uma compreensão mais holística e soluções mais integradas.

Para Guimarães (1995), a Educação Ambiental informal é um processo contínuo e permanente que inicia no pré-escolar e se estende por todas as fases da vida. Defende também em seu formato informal. Essa abordagem ocorre de maneira difusa em circunstâncias informais, e definida como sem sistematização e metodologia. Ela se manifesta em situações do cotidiano, em encontros, leituras, interações com grupos sociais, atividades de lazer e eventos diversos.

Para Tozoni-Reis (2012), a Educação Ambiental não-formal ocorre fora do ambiente escolar, mas de maneira sistematizada. É conduzida em vários espaços da vida social, por diversas entidades e profissionais que interagem com outros membros da sociedade, tanto em âmbitos públicos quanto privados. Pode ser direcionada à comunidade como um todo, embora não esteja vinculada a um currículo institucional predefinido.

Para Novais (2014):

A educação não-formal tem crescido nos últimos tempos, alavancando o número de possibilidades de se trabalhar com elementos de diversos campos das ciências em diferentes espaços, em particular a Geografia. Entretanto ainda há uma resistência por parte dos profissionais e por grande parte da sociedade em reconhecer a riqueza de diferentes espaços como lócus de construção do conhecimento. (Novais, 2014, p. 1)

A educação não-formal destaca-se como uma metodologia de ensino de significativa importância para a pesquisa, pois propicia um desenvolvimento e enriquecimento por meio de novas abordagens na aquisição e assimilação de conhecimentos científicos. Seu objetivo principal é oferecer uma dinâmica diferenciada e inovadora, visando transcender o conhecimento para além do ambiente escolar, tanto para os educadores quanto para os educandos.

De acordo com Quadra e D'Ávila:

A escola é importante, mas não é o único ambiente que auxilia no processo de formação, e, portanto, não podemos desvincular o que ocorre fora da escola, no ambiente a educação é um processo constante, sendo resultado das instituições e das relações sociais. (Quadra e D'Ávila, 2016, p. 22).

A abordagem da educação não-formal ainda é relativamente nova e distinta no campo educacional, carecendo de recursos e estruturas mais desenvolvidas para sua implementação efetiva. O propósito desse tipo de metodologia é proporcionar um

conhecimento mais abrangente e diversificado, indo além dos métodos tradicionais de ensino. Os parques urbanos surgem como pontos essenciais que podem ser explorados no contexto da educação não-formal. Além destes, outros elementos como cartões postais, monumentos históricos e aspectos naturais também representam atrativos valiosos que podem e devem ser empregados como objetos de estudo para enriquecer a experiência educacional não-formal.

Para Santos:

Os espaços não formais de ensino podem contribuir com os professores de Geografia que, muitas vezes, estão presos a uma rotina em sala de aula. Isso acontece devido à falta de estrutura e precariedade da unidade escolar, com ausência de equipamentos e materiais que possam suprir as necessidades da prática docente. (Santos, 2019, p 2).

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. De acordo com o Artigo 6º, essa legislação visa integrar a Educação Ambiental de forma contínua em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até a educação superior, especial, profissional e educação de jovens e adultos. O Artigo 9º explicita o que se entende por Educação Ambiental, indicando que esta deve ser desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, consolidando assim a importância da abordagem ambiental em todos os segmentos da educação formal.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas. (BRASIL, 1999).

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, estabelece diretrizes para a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil. Segundo o Artigo 6º dessa lei, a Educação Ambiental deve ser integrada de maneira contínua em todos os níveis de ensino, abrangendo desde a educação básica até o ensino superior, incluindo a educação especial, profissional, e a educação de jovens e adultos. Essa integração visa garantir que todos os estudantes, independentemente do nível ou modalidade de ensino, recebam formação sobre questões ambientais ao longo de sua trajetória educacional.

O Artigo 9º define claramente o que se entende por Educação Ambiental dentro desta legislação, especificando que ela deve ser desenvolvida nos currículos das

instituições de ensino públicas e privadas. Isso significa que as escolas e universidades devem incluir temas ambientais em suas disciplinas e atividades educativas, consolidando a importância de uma abordagem ambiental em todos os segmentos da educação formal. Dessa forma, a lei reforça a necessidade de conscientização e formação ambiental contínua, preparando os cidadãos para enfrentar e resolver os desafios ambientais de maneira informada e responsável.

O parágrafo único do Artigo 11 menciona sobre a formação dos professores no que diz respeito à dimensão ambiental.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. (BRASIL, 1999).

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, também estipula que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem, dentro de suas competências e nas áreas sob sua jurisdição, estabelecer diretrizes, normas e critérios para a Educação Ambiental. Essas normativas devem estar em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Conforme o disposto no parágrafo 1º do Artigo 10 da Lei nº 9.795/99, a Educação Ambiental foi implementada como um tema transversal. Isso implica que ela deve ser integrada em todas as disciplinas curriculares, sem configurar-se como uma disciplina específica. Em nível estadual, o inciso V do Artigo 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelece que os Estados devem criar órgãos seccionais responsáveis pela execução de programas, projetos e pela fiscalização de atividades com potencial de causar degradação ambiental.

A Lei 9.795/99 define que:

Art. 16 - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. (BRASIL, 1999).

Para atender a essa meta, os Estados estabelecem as secretarias de meio ambiente, encarregadas de desenvolver programas de Educação Ambiental adaptados a cada realidade. Conforme os dados apresentados no estudo de Barbosa (2008), o principal desafio enfrentado pelos Estados é ampliar a formação continuada de professores nesse tema.

A ciência geográfica fundamenta-se em princípios essenciais que servem como alicerce tanto para a pesquisa quanto para o ensino. Dentre esses princípios, destacam-se

Espaço, Território, Lugar, Região e Paisagem, todos desempenhando papéis fundamentais no crescimento e na organizaçã. O princípio do Espaço é particularmente proeminente, sendo reconhecido como o objeto principal de estudo e um fator-chave para o ensino e compreensão da Geografia. Ele atua como um elemento de análise que proporciona percepções sobre os demais princípios, como região, território, paisagem e lugar. O entendimento profundo do espaço é importante para desvendar as complexidades e inter-relações que moldam a abordagem geográfica no estudo do mundo.

De acordo com Milton Santos:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. (Santos, 1985 p. 15)

Ou seja, o princípio do espaço na Geografia consiste no estudo do conjunto de objetos e suas interações, transformando essa união em uma construção do espaço geográfico. Isso visa aprimorar a compreensão do local, considerando suas características particulares e específicas. Nesse contexto, o homem é reconhecido como o principal agente transformador do espaço, e suas interações estabelecem conexões que moldam a configuração do ambiente. Tudo o que guarda relação e forma conjuntos contribui para a transformação desse espaço geográfico.

Os Parques Urbanos, por sua vez, apresentam a possibilidade e a relevância de serem utilizados como locais de estudo e pesquisa, oferecendo um suporte adicional para os pesquisadores. Esses ambientes podem ser empregados como espaços não-formais no processo de ensino, abrangendo contextos gerais e, mais especificamente, contribuindo para o ensino de Geografia. Entretanto, até o momento, não é tão comum a prática de utilizar esses espaços como recursos didáticos para fins de ensino e pesquisa.

De acordo com Falcão e Oliveira:

O uso desses naturais permite ao aluno um novo significado de saberes adquiridos no contexto formal. E por consequência permite o aprendizado de forma prazerosa, levando ainda ao conhecimento da realidade local, bem como a possibilidade de desenvolvimento de habilidades tais como, a observação, registro, comparação de dados, a proposição de modelos, formular hipóteses e transferir este conhecimento para novas situações em especial de interferência socioambiental. (Falcão e Oliveira 2017, p. 1)

Os Parques Urbanos na cidade de Uberlândia podem ser explorados como objetos de estudo no contexto do ensino não-formal. Eles proporcionam uma perspectiva dinâmica e diversificada para o aprendizado científico, corroborando com a afirmação de Quadra e D'Ávila (2016) que destaca que a educação não-formal organiza o processo de

ensino e aprendizagem sem seguir vários requisitos formais, como por exemplo, pode ser realizada em qualquer ambiente, desde que apresente uma dinâmica diferente de aulas expositivas. Em outras palavras, ambientes naturais podem ser explorados como cenários propícios para a implementação do ensino não-formal, oferecendo uma variedade de elementos que estimulam uma série de atividades.

A escola e os Parques Urbanos, como partes da estrutura social da cidade, estão em constante transformação devido às dinâmicas históricas e sociais. Enxergar as semelhanças entre esses espaços proporciona uma oportunidade para integrar o ambiente escolar com o contexto mais amplo da cidade, promovendo uma compreensão mais holística da relação entre o espaço educacional e o entorno urbano.

Nesse contexto, o Parque Urbano pode ser visto como um potencial laboratório para o ensino de Geografia, concebido como um espaço pedagógico que pode ser construído em colaboração dos estudantes. Ao incorporar os Parques Urbanos no processo de aprendizagem, os alunos se tornam sujeitos ativos e também desempenham um papel importante na construção do conhecimento geográfico. Essa abordagem estimula a participação e também busca criar um ambiente educacional que envolva os alunos de maneira mais profunda e significativa.

Abordar o ensino da Geografia a partir do cotidiano proporciona ao estudante uma oportunidade de compreender seu papel como integrante do ambiente em que vive, assim como das complexas relações ali estabelecidas. Sua formação é percebida como um processo contínuo de construção, onde a adoção de uma perspectiva geográfica sobre a realidade se torna uma ferramenta fundamental para desvelar as nuances do mundo ao seu redor. Contudo, é importante salientar que o professor da Geografia não deve impor uma única interpretação das intrincadas relações cotidianas; ao contrário, ela deve ser parte integrante de um conjunto que capacita os alunos a desenvolverem um olhar crítico.

O diálogo entre as diversas disciplinas escolares e a interação delas com o mundo ao redor são fundamentais para conduzir o estudante a construir uma compreensão própria e crítica da realidade. Isso possibilita que ele perceba seu papel como sujeito histórico e (co)responsável pelos processos que moldam e definem as características das cidades. Dessa forma, a educação geográfica fornece conhecimentos e também promove a capacidade do aluno de analisar e questionar ativamente o contexto em que está inserido, contribuindo para sua formação integral como cidadão crítico e participativo.

O desafio enfrentado pelos professores reside na habilidade de conectar os conteúdos acadêmicos com a realidade cotidiana dos estudantes, tornando acessíveis temas complexos ou abstratos através de uma abordagem tangível. A elaboração de propostas pedagógicas que envolvem ativamente tanto os professores quanto os alunos emergem como uma estratégia valiosa para despertar o interesse de ambas as partes pelos conteúdos, incentivando diferentes formas de compreensão.

Além de proporcionar benefícios mútuos, como o aprimoramento do interesse dos alunos e o reconhecimento da profissão docente, a colaboração no desenvolvimento de propostas pedagógicas permite que os educadores explorem seus próprios conhecimentos e pensem em novas abordagens de ensino, tanto dentro quanto fora da sala de aula. Nesse contexto, os parques urbanos assumem uma relevância especial como espaços educacionais, possibilitando a compreensão de aspectos sociais, devido à sua inserção na realidade das cidades, devido às suas características físicas e sociais. A utilização desses espaços como extensões do ambiente educacional permite uma integração mais profunda dos conteúdos de Geografia, promovendo uma aprendizagem contextualizada e enriquecedora.

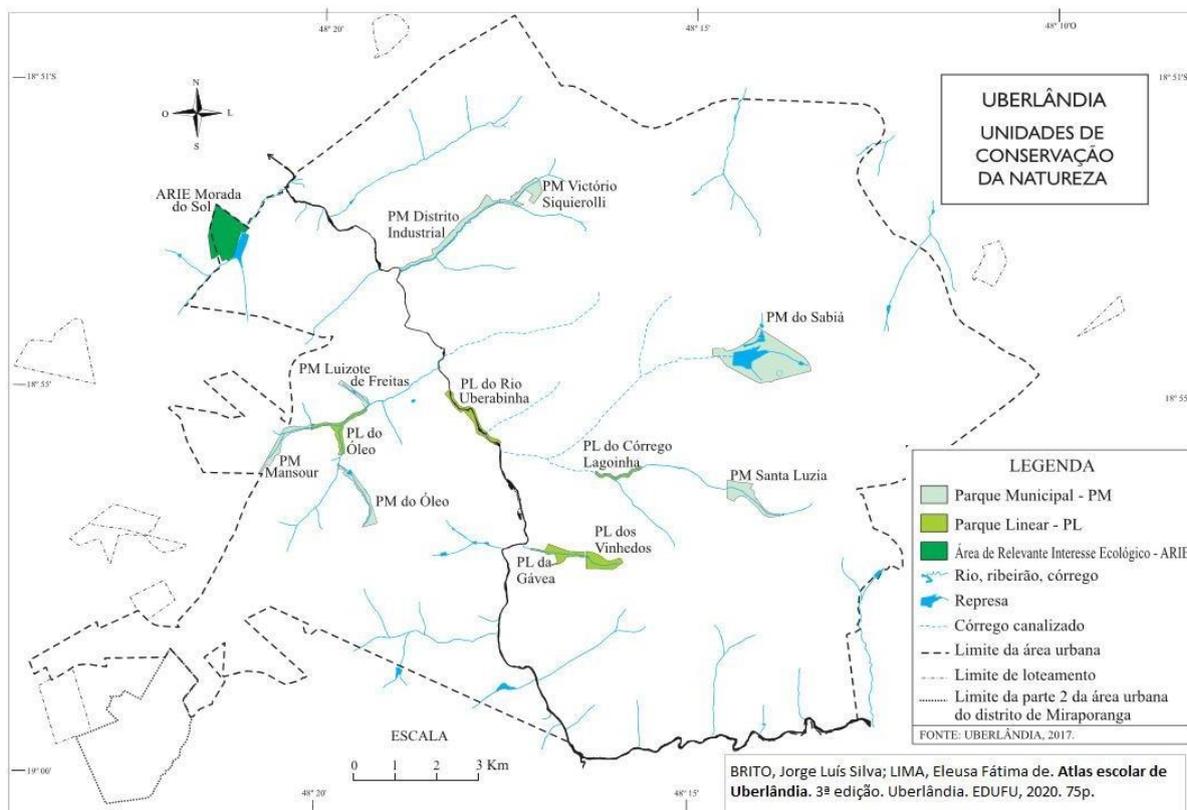
No próximo capítulo, serão apresentados os Parques Urbanos de Uberlândia-MG, destacando seu papel como espaços para a prática de atividades educativas relacionadas à Geografia. Será discutido como o conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode ser aplicado para apoiar o ensino da disciplina nesses ambientes, utilizando as Unidades Temáticas como guias para a elaboração de atividades pedagógicas significativas e contextualizadas. Será analisado como os Parques Urbanos oferecem oportunidades para explorar diferentes aspectos geográficos, como paisagem, uso do solo, dinâmicas urbanas, sustentabilidade ambiental e questões sociais, proporcionando aos alunos uma vivência prática e enriquecedora do conteúdo curricular.

CAPÍTULO 3

OS PARQUES DE UBERLÂNDIA COMO CONTEÚDO PARA AULAS DE GEOGRAFIA

O município de Uberlândia, situado na região do Triângulo Mineiro, de acordo com o censo de 2022 do IBGE, conta com uma população de 713.224 habitantes, dos quais 97,56% residem na área urbana. A área total do município é de 4.115,82 km², com 219 km² correspondendo ao perímetro urbano. De acordo com a Prefeitura Municipal de Uberlândia - PMU (2023), dentro dessa área urbana, há nove parques (Figura 1), que juntos representam menos de 2% do espaço total, são eles: Parque Natural Municipal do Óleo, Parque Natural Municipal Victório Siqueirolli, Parque Municipal do Distrito Industrial, Parque Municipal Luizote de Freitas, Parque Municipal Mansour, Parque Municipal Santa Luzia, Parque do Sabiá, Parque linear Rio Uberabinha e Parque Municipal Gávea. Conforme informações do site da PMU, mais de 30 milhões de metros quadrados são dedicados à preservação e conservação da diversidade biológica local, abrangendo recursos naturais e culturais associados ao Cerrado e suas diferentes formações vegetais.

Figura 1 - Localização dos Parques Urbanos em Uberlândia-MG



Fonte: Brito e Lima (2020)

Os Parques Urbanos de Uberlândia-MG

O Parque Linear do Rio Uberabinha (Figura 2), conforme informações da PMU (2023), está situado na margem esquerda do rio Uberabinha, no Bairro Jaraguá, na zona oeste da cidade de Uberlândia. Com uma extensão de 1150 metros, estende-se entre as avenidas Getúlio Vargase Brigadeiro Sampaio. Inaugurado em 27 de fevereiro de 2010, abrange uma área de 100.000 m² ao longo das margens do rio. Entre as espécies de aves presentes, destacam-se a garça-noturna e o saí-canário, conhecidos por sua beleza estética. Além desses, podem ser avistados o bem-te-vi, o pica-pau-verde-barrado, o beija-flor-tesoura, o joão-de-barro e o gavião-carijó. O parque surgiu a partir de um projeto concebido há 20 anos, mas sua implementação ocorreu recentemente, com o intuito de revitalizar o Rio Uberabinha na área urbana da cidade. A demorada execução deveu-se à falta de recursos da prefeitura para indenizar os proprietários dos terrenos a serem desapropriados. Assim, o pagamento das indenizações foi realizado pelo Consórcio Capim Branco Energia (CCBE).

Figura 2 - Parque Linear do Rio Uberabinha



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2020)

O projeto de construção do parque estava previsto no Plano Diretor da cidade, e vários projetos foram apresentados para sua implantação, sendo escolhido por meio de concurso público. Sua construção foi financiada por medidas compensatórias do impacto ambiental gerado pelo Complexo Energético Amador Aguiar, além de incentivos PMU. Conforme informações fornecidas pela PMU em 2012, a infraestrutura do Parque Linear do Rio Uberabinha inclui uma pista de caminhada, uma ciclovia, cinco pequenos lagos artificiais, calçadas, quarenta e oito bancos, quarenta e quatro lixeiras para coleta seletiva de lixo seco e úmido, posto de apoio com bicicletário, telefones públicos, equipamentos para ginástica, bebedouros e um mapa de localização do parque. Durante a implantação do parque, o objetivo era recuperar as margens do rio, o que incluiu o plantio de 800 mudas de espécies arbóreas nativas do Cerrado para tentar restabelecer a paisagem natural.

O Parque Municipal Luizote de Freitas (Figura 3), de acordo com a PMU (2023), foi estabelecido em 1987 com o propósito de preservar o meio ambiente e servir como uma área de lazer e contemplação da paisagem para a comunidade local do bairro. Por

abrigar uma das nascentes do Córrego do Óleo, é classificado pela legislação como uma área de proteção. Por meio do Decreto nº 7452, datado de 27 de novembro de 1997, o parque foi oficialmente regulamentado. Ele está localizado na Rua Genarino Cazabona, no Bairro Luizote de Freitas, na região oeste da cidade de Uberlândia, e possui uma área total de 53.120,79 m². A infraestrutura do parque inclui um alambrado que cerca toda a área protegida, embora esteja um pouco desgastado devido à ação do tempo e ao vandalismo. Além disso, o parque possui uma calçada arborizada que o circunda (figura 2).

Figura 3 - Parque Municipal Luizote de Freitas



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2019)

No interior do parque, há uma lagoa artificial onde patos e peixes são criados. Em torno da lagoa, há bancos e rochas esculpidas para os visitantes relaxarem e apreciarem a paisagem. Em frente à lagoa, há também uma pequena área de recreação equipada com balanços, barras de exercícios e escorregador. No entanto, a parte interna do parque não está aberta para visitação pública e é cuidada por um funcionário municipal.

A vegetação dentro do parque é densa, com uma área extensa de mata ciliar e uma grande área alagada. As árvores que se destacam na paisagem são as grandes paineiras,

que podem ser avistadas a uma longa distância. Muitas delas foram plantadas próximas à cerca de proteção ou ao longo da calçada. À jusante do parque, encontra-se instalado o Complexo Poliesportivo da Fundação Uberlandense de Turismo Esporte e Lazer (FUTEL), que complementa as atividades esportivas da comunidade do bairro. Quando se trata de lazer, esse espaço está intimamente relacionado com o parque, oferecendo opções adicionais para atividades recreativas e esportivas.

O Parque Municipal Mansour tem acesso pela Rua Rio Jaguari, na zona oeste da cidade. De acordo com a PMU (2023), este local foi designado como reserva ecológica da nascente do Córrego do Pito Aceso (atualmente conhecido como Córrego do Óleo) em 1996. Posteriormente, em 1997, foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7452. Atualmente, o parque abrange uma área de 117.198,48 m², protegendo a principal nascente do Córrego do Óleo. Entre as espécies faunísticas de destaque no parque estão o periquito-verde, a maritaca, o tucano, o canário-da-terra, o beija-flor, o sabiá-laranjeira e o pássaro-preto. O parque é predominantemente composto por veredas e várzeas, com presença notável de buritis e pindaíbas. Também há gramíneas e ciperáceas que acompanham as veredas.

Na parte superior do parque está localizada a sede do programa social da PMU, o VIVAMansour, que engloba diversos projetos nas áreas de educação, esporte, cultura, saúde, desenvolvimento social e meio ambiente. No entanto, é importante ressaltar que esse complexo não faz parte do parque em si. Ao lado da área protegida, os moradores do bairro construíram um "campinho de futebol" onde praticam esportes.

O Parque Municipal Victório Siquierolli (Figura 4), de acordo com informações da PMU (2023), foi inaugurado em 31 de agosto de 2002 e está localizado no município de Uberlândia, na região norte da cidade. Ele está situado entre os bairros Jardim América, Residencial Gramado, Nossa Senhora das Graças e Cruzeiro do Sul, com acesso pela Avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 707, no Bairro Jardim América, com a principal via de acesso sendo a Avenida Antônio Tomaz Ferreira de Rezende. Com uma área total de 237.152,75 m², o parque é totalmente cercado por alambrados para proteção da unidade de conservação e conta com vigilância patrimonial. A sede do parque abriga o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA) e o Museu da Biodiversidade do Cerrado, que possui um acervo de fauna e flora nativas, incluindo espécies como o lobo-guará, a jaguatirica e o tatu, além de uma coleção de insetos. O parque também abriga um herbário do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com amostras da flora local, e um parque infantil com brinquedos feitos de madeira de

reflorestamento.

Além disso, no parque, há uma pista para caminhada e uma trilha interpretativa do Córrego do Óleo e do Córrego Liso, com o objetivo de promover a Educação Ambiental e permitir aos visitantes conhecerem as espécies vegetais típicas do Cerrado, identificar erosões e conhecer os cursos d'água presentes no parque. Possui ainda uma sala verde com biblioteca e acervo de filmes, onde os estudantes podem realizar atividades de pesquisa relacionadas ao parque.

A área onde está localizado o Parque Municipal Victório Siquierolli pertencia a uma área privada da Fazenda Metálica e foi doada ao município de Uberlândia pelo proprietário, Sr. Victório Siquierolli, em homenagem à sua iniciativa. A área do parque é delimitada como reserva permanente dos Córregos Liso e do Lobo (Carvão), que atualmente se encontram bastante degradados (figura 4).

Figura 4 - Parque Municipal Victório Siquierolli



Fonte: Bernardes (2023)

A vegetação do parque apresenta características típicas do Bioma Cerrado, com a presença de extratos herbáceos e mata de galeria ao longo dos cursos d'água e suas nascentes. O Córrego Liso, principal curso d'água do parque, possui um relevo medianamente dissecado e sua vegetação natural foi substituída por construções, pastagens e áreas industriais, além da presença de entulhos despejados pela população do entorno e poluição de outros efluentes.

O Parque do Sabiá (Figura 5), conforme a PMU (2023), localizado entre a Avenida JoséMigliorini e a Rua Haia, no Bairro Tibery, zona leste de Uberlândia, teve sua construção iniciada em 07 de julho de 1977 e foi inaugurado em 07 de novembro de 1982. Com uma áreatotal de 1.850.000 m², o complexo abrange um bosque de 350.000 m², um conjunto hidrográficocomposto por três nascentes que alimentam sete represas, formando um grande lago e sete lagosmenores, além de uma praia artificial com 300 metros de extensão. O zoológico, que faz partedo parque, abriga mais de 200 espécies catalogadas e está sujeito à fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A preservação da flora do parque é abundante, com mais de 300 espécies catalogadas, incluindo árvores centenárias como a copaíba, araticum e jatobá, que proporcionam suporte para diversos animais, insetos e aves, além de um melhor conforto térmico para os visitantes. Há também uma estação de piscicultura com diversos tanques para estocagem de matrizes, reprodução de peixes, pós-larvas e alevinagem, além de um pavilhão com 1.080 m² que abriga36 aquários com 36 espécies diferentes de peixes, com valor econômico e ornamental.

Além das áreas naturais, o Parque do Sabiá oferece uma ampla gama de instalações paraesportes e lazer, incluindo uma pista de cooper de 5.100 metros, duas piscinas de água corrente,sete campos de futebol, cinco quadras poliesportivas, uma quadra de areia, um campo society de grama, um parque infantil completo, lanchonetes e vários recantos contemplativos.

Figura 5 - Parque do Sabiá



Fonte: Bernardes (2024)

O parque também abriga um centro de Educação Ambiental, conhecido como "Casa Ambiental", que tem como objetivo conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação do meio ambiente. Ele oferece palestras educativas, peças teatrais e desenvolve trabalhos de conscientização, entre outras atividades. Em 1992, por meio do Decreto nº 5595, datado de 17 de setembro, foi estabelecida a Reserva Ecológica Municipal, composta por áreas verdes pertencentes ao município de Uberlândia.

O Parque Municipal Distrito Industrial (Figura 6), de acordo com a PMU (2023), surgiu com o propósito de criar uma "barreira viva" entre o Distrito Industrial e os bairros vizinhos, visando mitigar possíveis impactos causados pela emissão de material particulado e odores provenientes das indústrias instaladas nessa região da cidade. A visitação ao local é restrita, exigindo autorização por meio de projetos de pesquisa.

Popularmente conhecido como "Cinturão Verde", o parque é uma importante reserva de vegetação nativa, compreendendo áreas de preservação permanente e faixas marginais do Córrego Liso. Situa-se entre os bairros Residencial Gramado, Maravilha, Pacaembu e Distrito Industrial, na região norte da cidade, abrangendo uma área de 282.400 m².

Figura 6 - Parque Municipal Distrito Industrial



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2019)

A reserva apresenta uma variedade de características, incluindo solo hidromórfico, encostas, vales com inclinação suave, córrego margiado por rochas basálticas, veredas e cerca de arame farpado, além de uma rede de esgoto que atravessa sua extensão. A vegetação predominante é de Cerrado, com árvores espaçadas e de porte menor, como murici, pequi, sucupira branca, entre outras. Apesar da influência humana, é possível observar na área do parque uma diversidade de essências nativas, proporcionando um habitat para avifauna local, que encontra abrigo e locais de reprodução. Dentre as espécies avistadas, destacam-se o mutum de penacho, inhambu, codorna, sabiá do campo, tesourinha e perdiz, entre outras.

O Parque Natural Municipal do Óleo (Figura 7), de acordo com a PMU (2023),

foi criado pelo Decreto Municipal n. 9.505, de 02 de junho de 2004, representa uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Localizado na área urbana de Uberlândia, possui como principais objetivos: contribuir para a conservação dos atributos naturais e a preservação da biodiversidade local, viabilizar atividades de Educação Ambiental e de pesquisa científica, visando à ampliação do conhecimento ambiental do Cerrado.

Figura 7 - Parque Natural Municipal do Óleo



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (2017)

O parque está dividido em duas áreas distintas. A primeira está nos limites do Bairro Chácaras Tubalina, circundada pela Rua Sudepe, a Base Avançada de Pesquisa do IBAMA, o Córrego do Óleo e a Rodovia Uberlândia/Prata (BR-497), com uma área de 109.093,41 m². A segunda área, com 78.392,94 m², está situada no Bairro Jardim das Palmeiras, cercada pela Ruado Estivador, a Rodovia Uberlândia/Prata, o Córrego do Óleo e a Rua do Edil. Abriga uma das nascentes do Córrego do Óleo, um importante afluente do Rio Uberabinha. Sua bacia hidrográfica engloba vários bairros da área urbana de Uberlândia, como Jardim das Palmeiras, Planalto, Chácaras Tubalina, entre outros.

A geologia da região é predominantemente caracterizada por áreas de relevo intensamente dissecado, relevo mediamente dissecado, relevo residual e áreas elevadas de cimeira de topo amplas e largas. Quanto aos solos, são predominantemente hidromórficos, ou seja, apresentam alta saturação de água. A vegetação é composta principalmente por fitofisionomias de vereda, com a presença de buritizais, mata de várzea, mata galeria e mata ciliar. Algumas espécies encontradas incluem o pau-Óleo, a

samambaiçu e o buriti. Diversas espécies animais, especialmente aves, habitam ou migram para o território do parque para se reproduzirem. Entre elas, destacam-se o pica-pau-branco, pássaro preto, pato doméstico, quero-quero, garça, carcará, entre outros.

O Parque Santa Luzia (Figura 8), segundo informações da PMU (2023), é uma das poucas reservas de área verde ocupada por vegetação nativa na região. Inicialmente transformada em Área de Preservação Ecológica pela Lei Municipal n. 3568, de 1987, posteriormente, em 1997, foi elevada à categoria de Parque pelo Decreto Municipal n. 7452, de 27 de novembro do mesmo ano. Este espaço verde possui uma extensão de aproximadamente

286.000 m² e está situado entre as Avenidas Nadjala Alípio Abrahão e Alípio Abrahão, as Ruas Ana Cardoso Silva e Divino Adão Moura, e o Centro de Amostra e Aprendizagem Rural de Uberlândia (CAMARU), abrangendo os bairros Santa Luzia, Pampulha e Granada. No interior do parque, funciona um Núcleo de Educação Ambiental, que oferece aulas, oficinas e possui uma biblioteca, atendendo principalmente o público estudantil e desempenhando um papel importante na Educação Ambiental da região.

A drenagem do Parque Santa Luzia ocorre por meio da sub-bacia do Córrego Lagoinha, um afluente da margem direita do Rio Uberabinha, com cerca de 4 km de extensão. A área do parque é predominantemente ocupada pela vegetação nativa, típica de vereda e mata de galeria, com destaque para a predominância do buriti (*Mauritia vinifera*). Várias nascentes do Córrego Lagoinha também são identificadas dentro do parque.

Figura 8 - Parque Santa Luzia

Fonte: Bernardes (2023)

A litologia da região é composta pelos arenitos da Formação Marília e pelos basaltos da Formação Serra Geral. O solo ao redor é do tipo latossolo vermelho-amarelo álico, com uma cobertura laterítica superficial. Nas partes mais baixas das vertentes, são encontrados solos hidromórficos, cobertos com vegetação típica de veredas. A área é predominantemente composta pela formação conhecida como vereda associada à mata de galeria. Foram catalogadas no local quinze espécies de árvores e duas de ervas. Além disso, foram identificadas seis espécies de pássaros, duas espécies de répteis e três animais da ordem marsupialia (mico, gambá e cuíca).

O Parque Municipal Gávea (Figura 9), conforme PMU (2023), localizado no setor sul da zona urbana de Uberlândia, abrange uma área total de 19,05 hectares. Sua entrada principal está localizada na Portaria Copaíbas, situada na Avenida das Copaíbas, 950, no bairro Gávea. O parque oferece diversas opções de lazer e Educação Ambiental para a comunidade local e visitantes. Entre as estruturas disponíveis no parque, destacam-se um orquidário, uma pista de caminhada, um playground, um quiosque e um centro de Educação Ambiental. Essas instalações visam proporcionar momentos de recreação, contato com a natureza e aprendizado sobre preservação ambiental para os frequentadores.

Figura 9 - Parque Municipal Gávea



Fonte: Bernardes (2023)

Um dos projetos de destaque desenvolvidos no Parque Gávea é realizado pelo Instituto de Física da Universidade Federal de Uberlândia (Infis/UFU) em parceria com a PMU. Esse projeto resultou na instalação do Museu Diversão com Ciência e Arte (DICA) dentro do parque. O DICA tem como objetivo fomentar a visitação de cidadãos, incluindo o público escolar, oferecendo experiências educativas e interativas sobre ciência, tecnologia e arte para a comunidade. Essa iniciativa contribui para a disseminação do conhecimento científico e cultural, promovendo a inclusão e o desenvolvimento da comunidade local.

A educação no Brasil tem enfrentado desafios significativos ao longo dos anos, e muitas vezes tem sido criticada por sua manutenção de modelos tradicionais de ensino, que são herança do sistema educacional português. Um desses modelos é o chamado "modelo de educação bancária", no qual o professor é o detentor do conhecimento e os alunos são vistos como receptores passivos desse conhecimento. Nesse modelo, a sala de aula tradicional é configurada de maneira hierárquica, com o professor na posição de autoridade central, em frente a uma lousa, transmitindo informações aos alunos. Esses, por sua vez, são vistos como "folhas em branco", vazios de conhecimento prévio, e seu papel é simplesmente absorver as informações fornecidas pelo professor.

Contudo, estudiosos como Paulo Freire questionaram e criticaram esse modelo, argumentando que os alunos não são passivos, mas sim seres dotados de experiências e conhecimentos prévios que podem ser integrados e enriquecidos através do processo de aprendizagem. Freire (1970) propôs uma abordagem mais participativa e dialógica, na qual o ensino e a aprendizagem são vistos como uma troca de saberes entre professores e alunos, com base nas experiências e vivências de cada um.

Essa crítica ao modelo tradicional ressalta a necessidade de repensar a educação e adotar práticas mais inclusivas, que reconheçam e valorizem o conhecimento dos alunos, promovendo sua participação ativa no processo educacional. Essa abordagem mais humanizada e democrática da educação é essencial para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nos últimos anos, têm surgido abordagens metodológicas que oferecem alternativas ao tradicional modelo bancário, que ainda predomina, especialmente nas escolas públicas. Essas alternativas visam empoderar os alunos, transformar a dinâmica da sala de aula e reduzir a ideia de que o professor é o único detentor do conhecimento. Uma dessas abordagens é o "estudo de caso", que se destaca por estabelecer um contato direto dos alunos com a realidade, permitindo que os temas tratados estejam diretamente relacionados com suas experiências prévias, facilitando a conexão com o conteúdo e tornando o processo de ensino e aprendizagem mais significativo.

Segundo Ausubel (1963), a aprendizagem significativa é o principal mecanismo humano para adquirir e armazenar uma ampla gama de ideias e informações em qualquer área de conhecimento. A aprendizagem significativa ocorre quando uma nova informação ou conhecimento se relaciona de forma não arbitrária e substancial com a estrutura cognitiva do aprendiz, ou seja, quando há uma conexão lógica entre o novo material e o que o aprendiz já sabe. Durante esse processo, o significado lógico do material de aprendizagem se converte em significado psicológico para o sujeito. Baseia-se na conexão entre os processos cognitivos existentes e os novos, levando o aluno a desenvolver conclusões e soluções para problemas com base em suas experiências. Quando o aluno sai da sala de aula tradicional e explora um ambiente como um parque, sua percepção desse lugar é transformada, gerando novas perspectivas. Assim, o parque, que antes era apenas um local para visitar, passa a ser visto como um ambiente rico em significados.

No contexto do ensino de Geografia, é comum encontrarmos dúvidas sobre questões mais abstratas, tanto na Geografia física quanto na humana. Por exemplo, temas

como a formação das nuvens de chuva, que poderiam ser facilmente observadas no céu durante certas épocas do ano, acabam sendo substituídas por imagens em livros didáticos ou projeções de slides. Embora esses recursos sejam funcionais, uma observação direta do fenômeno tornaria a aprendizagem mais significativa e menos abstrata.

Da mesma forma, no ensino de Geografia urbana, explicar as transformações ocorridas nas cidades seria mais eficaz se os alunos estivessem inseridos em espaços que mostrassem como aquele território evoluiu ao longo do tempo. O ensino de Geografia abrange aspectos físicos, sociais, políticos e humanos, que muitas vezes não são completamente explorados na sala de aula tradicional, o que pode limitar discussões e processos mais significativos de aprendizagem.

O envolvimento do aluno com elementos da cidade, como o Parque próximo à sua escola, proporciona a oportunidade de adquirir conhecimento espacial e, de certa forma, político. Ao conhecer a distribuição dos equipamentos públicos em sua própria cidade, o aluno pode começar a questionar a forma como esses recursos são gerenciados e distribuídos.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), que estabelece as habilidades e conhecimentos que os alunos devem desenvolver ao longo de sua trajetória na Educação Básica, podemos identificar várias maneiras de usar o Parque como uma ferramenta de ensino de Geografia. Destaca-se algumas possibilidades de abordagem dos tópicos estabelecidos na BNCC para o 2º ano do Ensino Fundamental I e o 6º ano do Ensino Fundamental II.

Para o 2º ano do Ensino Fundamental I, a BNCC destaca o desenvolvimento da noção de espaço geográfico e a compreensão das interações entre natureza e sociedade. No contexto do Parque, os alunos podem aprender sobre localização, observar elementos naturais e artificiais, entender a importância da preservação ambiental e começar a compreender as relações entre o homem e o meio ambiente.

Já para o 6º ano do Ensino Fundamental II, a BNCC enfatiza o estudo da diversidade cultural, social e econômica do Brasil e do mundo, bem como a compreensão das transformações do espaço geográfico. Utilizando o Parque como recurso, os alunos podem explorar a diversidade de paisagens, analisar as características geográficas do local, investigar influências humanas sobre o espaço, discutir questões ambientais e sociais, e refletir sobre o papel da comunidade na conservação do ambiente.

Esses são apenas alguns exemplos de como o Parque pode ser integrado ao ensino de Geografia, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela BNCC, proporcionando

experiências significativas de aprendizagem para os alunos em diferentes etapas da Educação Básica.

Na Figura 10 são apresentados os Componentes Curriculares do 2º ano do Ensino Fundamental I presentes na BNCC e que podem ser utilizados nas aulas de Geografia que contemplem os Parques Urbanos de Uberlândia-MG.

Figura 10 – Componentes curriculares do 2º ano do Ensino Fundamental I

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTOS	HABILIDADES
O sujeito e seu lugar no mundo	Convivência e interações entre pessoas na comunidade	(EF02GE01) Descrever a história das migrações no bairro ou comunidade em que vive.
	Riscos e cuidados nos meios de transporte e de comunicação	(EF02GE02) Comparar costumes e tradições de diferentes populações inseridas no bairro ou comunidade em que vive, reconhecendo a importância do respeito às diferenças.
		(EF02GE03) Comparar diferentes meios de transporte e de comunicação, indicando o seu papel na conexão entre lugares, e discutir os riscos para a vida e para o ambiente e seu uso responsável.

Conexões e escalas	Experiências da comunidade no tempo e no espaço	(EF02GE04) Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares.
	Mudanças e permanências	(EF02GE05) Analisar mudanças e permanências, comparando imagens de um mesmo lugar em diferentes tempos.
Mundo do trabalho	Tipos de trabalho em lugares e tempos diferentes	(EF02GE06) Relacionar o dia e a noite a diferentes tipos de atividades sociais (horário escolar, comercial, sono etc.).
		(EF02GE07) Descrever as atividades extrativas (minerais, agropecuárias e industriais) de diferentes lugares, identificando os impactos ambientais.
Formas de representação e pensamento espacial	Localização, orientação e representação espacial	(EF02GE08) Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem dos lugares de vivência.
		(EF02GE09) Identificar objetos e lugares de vivência (escola e moradia) em imagens aéreas e mapas (visão vertical) e fotografias (visão oblíqua).
		(EF02GE10) Aplicar princípios de localização e posição de objetos (referenciais espaciais, como frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) por meio de representações espaciais da sala de aula e da escola.

Natureza, ambientes e qualidade de vida	Os usos dos recursos naturais: solo e água no campo e na cidade	(EF02GE11) Reconhecer a importância do solo e da água para a vida, identificando seus diferentes usos (plantação e extração de materiais, entre outras possibilidades) e os
		impactos desses usos no cotidiano da cidade e do campo.

Fonte: BNCC (2018) – Organizado por Bernardes (2024)

A unidade temática "Conexões e escalas" oferece uma oportunidade valiosa para explorar questões que abordam a comunidade e a realidade dos alunos, relacionando-as com outras escalas. Nesse contexto, o Parque se torna uma sala de aula ideal para diversos desses temas. Por exemplo, ao abordar a habilidade que trata das mudanças e permanências, é possível utilizar recursos como o Google Earth com antecedência, utilizando a função de "linhatemporal", e em seguida levar os alunos ao Parque para explorar a realidade próxima e discutir sobre o adensamento populacional ao redor do parque ao longo do tempo.

Na unidade temática "Formas de representação e pensamento espacial", as habilidades oferecem a oportunidade de usar o Parque como uma ferramenta de ensino. Por exemplo, os alunos podem elaborar mapas mentais que vão além do percurso casa-escola, incluindo o Parque como um elemento importante, já que é essencial que os alunos se apropriem desse espaço. Além disso, atividades de escala podem ser desenvolvidas, como a criação de um croqui do Parque a partir de uma trilha percorrida pelos alunos, permitindo ainda a expansão das representações espaciais sugeridas.

Por fim, o objeto de conhecimento "Os usos dos recursos naturais: solo e água no campo e na cidade" torna o Parque um ambiente ideal para discutir diversas questões, incluindo o impacto do lixo produzido na cidade na qualidade da água e na contaminação dos recursos hídricos. Além disso, os alunos podem compreender que o solo e a água não são fatores distantes de suas realidades e sim elementos fundamentais presentes em seu ambiente imediato. Na Figura 11 são apresentados os Componentes Curriculares do 6º ano do Ensino Fundamental II presentes na BNCC e

que podem ser utilizados nas aulas de Geografia que contemplem os Parques Urbanos de Uberlândia-MG.

Figura 11 – Componentes curriculares do 6º ano do Ensino Fundamental II

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTOS	HABILIDADES
O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	<p>(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.</p> <p>(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.</p>
Conexões e escalas	Relações entre os componentes físico-naturais	<p>(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.</p> <p>(EF06GE04) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal.</p> <p>(EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.</p>
Mundo do trabalho	Transformação das paisagens naturais e antrópicas	<p>(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.</p> <p>(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.</p>

Formas de representação e pensamento espacial	Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras	<p>(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.</p> <p>(EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.</p>
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade e ciclo hidrológico	<p>(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares.</p> <p>(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.</p> <p>(EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos</p>
	Atividades humanas e dinâmica climática	<p>(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).</p>

Fonte: BNCC (2018) – Organizado por Bernardes (2024)

Para Unidade Temática “O sujeito e seu lugar no mundo” o foco está na "Identidade Sociocultural", com habilidades relacionadas às mudanças nas paisagens dentro dos contextos estabelecidos. Aqui, é possível explorar a relação dos povos originários com a natureza, refletindo sobre as paisagens onde vivem os povos indígenas e os territórios dos quais foram expulsos (desmatamento, mineração, especulação

imobiliária). Isso pode ser feito como uma atividade de aproximação, usando o Parque como cenário.

Em “Conexões e escalas”, discute-se as "Relações entre os componentes físico-naturais", tornando o Parque um ambiente propício para discutir representações de vegetação, solos e questões hídricas e climáticas, aproveitando as drenagens presentes nos locais.

Na Unidade Temática “Mundo do trabalho” aborda-se a "Transformação das paisagens naturais e antrópicas", oferecendo uma oportunidade para correlacionar a história do parque com a construção de Brasília, por exemplo e outros tópicos relacionados à urbanização.

Na Unidade Temática “Formas de representação e pensamento espacial” discute-se as "Formas de representação e pensamento espacial", envolvendo tecnologias de geoprocessamento e representações cartográficas. Isso pode incluir atividades como a plotagem de pontos de estudo no campo, seguidas por trabalhos de laboratório, integrando assim trabalho de campo, tecnologia e teoria.

Na Unidade Temática “Natureza, ambientes e qualidade de vida” observa-se "Biodiversidade e ciclo hidrológico", podendo assim usar as drenagens do Parque como exemplos, destacando sua importância para o contexto hídrico e como estão relacionadas à dinâmica climática.

Após a discussão realizada, fica evidenciada que são muitas possibilidades para o ensino de Geografia a partir dos Parques Urbanos na cidade de Uberlândia-MG. Os professores a partir de cursos de formação continuada, que podem ser ofertadas pela Universidade, terão mais segurança e interesse em utilizar o parque próximo da escola em que trabalham para elaborar aulas mais criativas e interessantes para crianças, jovens e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão dos parques urbanos na educação vai além de sua dimensão física, transformando-os em impulsionadores do aprendizado e reflexão sobre as dinâmicas urbanas. Esses espaços não apenas proporcionam uma experiência prática aos alunos, mas também se convertem em pontos de discussão para a compreensão de conceitos geográficos, conectando de forma tangível teoria e prática.

A utilização dos parques como extensão do ambiente escolar não só possibilita uma abordagem educacional inovadora, mas também fomenta a interdisciplinaridade ao incorporar diversas disciplinas na análise do espaço urbano. No ensino de Geografia, os parques urbanos assumem a função de verdadeiros laboratórios ao ar livre, permitindo a exploração de fenômenos geográficos e estimulando investigações sobre a distribuição de elementos urbanos, a influência do ambiente na ocupação humana e as transformações ao longo do tempo.

A conexão entre escola e parques urbanos pode ser ampliada à comunidade local por meio de projetos colaborativos que envolvam os alunos na preservação desses espaços. Essa abordagem não apenas fortalece o compromisso cívico dos estudantes, mas também promove uma consciência ambiental mais profunda. Os projetos, ao engajarem ativamente os alunos na valorização dos parques, não apenas enriquecem a aprendizagem, mas também promovem uma educação mais centrada no aluno, que se percebe como parte essencial do seu entorno.

Ao integrar os parques urbanos de forma abrangente no processo educacional, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e comprometidos com a sustentabilidade ambiental. Essa abordagem não apenas aprimora o ensino de Geografia, mas também contribui para a formação completa dos estudantes, preparando-os para entender e enfrentar os desafios complexos do mundo contemporâneo.

A disciplina de Geografia muitas vezes enfrenta o desinteresse dos alunos, seja devido à falta de conexão dos conteúdos dos livros didáticos com suas realidades ou à dificuldade de aplicar conceitos abstratos na prática. É comum que os alunos encarem a disciplina como algo para memorizar, devido a essas razões. Por isso, é importante aproveitar os espaços disponíveis na cidade, como praças, ruas, igrejas e parques ecológicos, para que os alunos possam assimilar os conteúdos apresentados teoricamente em sala de aula por meio de estudos empíricos. Utilizando esses espaços, especialmente

os parques, é possível transformar a visão dos alunos, fazendo com que percebam a conexão entre os conceitos abstratos e a realidade ao seu redor. Por exemplo, ao estudarem o ciclo hidrológico, podem observar as drenagens.

O envolvimento dos alunos com elementos da cidade, como o Parque próximo à escola, possibilita não apenas um conhecimento espacial, mas também desperta questionamentos sobre a gestão e distribuição dos equipamentos públicos na cidade. O uso de parques se mostra uma alternativa valiosa para o ensino de Geografia, conforme indicado pela literatura acadêmica e pelos documentos curriculares. Seja por meio de trabalhos de campo ou aulas teóricas, os parques, permitem a aproximação dos conteúdos geográficos de forma prática.

É importante ressaltar que o uso do Parque como ferramenta de ensino tem como objetivo principal proporcionar aos alunos uma aprendizagem significativa, não apenas em relação aos conceitos geográficos, mas também à compreensão de seu papel como agentes do espaço.

Assim, a integração do parque ao ensino de Geografia e Educação Ambiental não apenas enriquece a experiência de aprendizagem, mas também cria laços afetivos com esses espaços urbanos. Portanto, por meio do contato proporcionado pela Geografia, os alunos podem desenvolver uma afinidade pelo parque, criando memórias positivas e substituindo eventuais estigmas associados a esses ambientes.

Percebe-se o imenso potencial dos Parques Urbanos na educação básica. Eles não são apenas espaços físicos, mas verdadeiros recursos educacionais que podem enriquecer o processo de aprendizagem de maneira significativa, ao integrar os parques no currículo de Geografia e Educação Ambiental. Os parques oferecem um ambiente dinâmico onde os alunos podem explorar conceitos geográficos em ação, desde a distribuição de elementos urbanos até as interações entre o ambiente natural e a ocupação humana. Considera-se como uma ferramenta valiosa para tornar o ensino de Geografia mais relevante e envolvente e proporcionar oportunidades de conectar os conceitos abstratos com a realidade tangível dos parques.

Após refletir sobre a utilização dos Parques Urbanos nas aulas de Geografia, algumas perguntas ficaram para as próximas pesquisas. Como por exemplo: Pode-se garantir que todos os alunos, independentemente de onde vivam ou de sua situação financeira, tenham acesso à utilização desses parques como ferramenta de ensino? Quais são os desafios práticos que os professores enfrentarão ao implementar projetos educacionais nos parques urbanos e como superá-los? Como pode-se medir de forma

eficaz o impacto dessa integração na educação dos alunos, tanto em termos de aprendizado quanto de desenvolvimento pessoal?

Além disso, qual suporte e recursos são necessários para capacitar os professores a utilizar os Parques Urbanos de maneira eficaz em sua prática educacional? Como garantir que

os projetos de preservação dos parques realmente envolvam os alunos e contribuam para o desenvolvimento de uma consciência ambiental mais profunda? Qual é o papel das autoridades locais e das comunidades nesse processo e como colaborar de forma eficaz com eles?

Será que existem boas práticas e exemplos inspiradores de integração dos Parques Urbanos na educação ao redor do mundo que podemos aprender e adaptar para a realidade? E quais são as possíveis barreiras culturais, sociais ou institucionais que podem surgir e como superá-las? Como incentivar a colaboração entre diferentes disciplinas ao utilizar os Parques Urbanos como recursos educacionais, promovendo assim uma abordagem mais integrada e holística para o aprendizado dos alunos?

Essas perguntas são essenciais para explorar mais profundamente o potencial dos Parques Urbanos nas aulas de Geografia e garantir que seja sustentável e benéfica para todos os envolvidos a longo prazo. O que precisa ser realizado nas próximas pesquisas e também por outros pesquisadores que se interessem pela temática.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.V. **O Processo de Produção dos Parques e Bosques Públicos de Curitiba**. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Bases conceituais e papel do conhecimento na previsão de impactos. Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul: experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha**. Tradução . São Paulo: Edusp, 1994. . Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/AbSaber_AN_1439316_BasesConceituaisEPapelDoConhecimento.pdf. Acesso em: 08 dez. 2023.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Ecosistemas do Brasil**. . São Paulo: Metalivros, 2008.

AB'SABER, A. N. **(Re)conceituando educação ambiental**. In: Magalhães, Luiz Edmundo. A questão ambiental. 1. ed. São Paulo: Terra Graph, 1994.

AUSUBEL, D.P. (1963). **The psychology of meaningful verbal learning**. New York, Grune and Stratton

BALZA, S.F.L. Conceitos sobre o espaço público, gestão de projetos e lógica social: reflexões sobre a experiência chilena. Eure (Santiago), Santiago, v. 24, n. 71, 1998. Disponível em: . Acesso em: 07 dezembro, 2019.

BARBOSA, LucianoChagas. Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, 2008

BEDIMO-RUNG, A; MOWEN, A; COHEN, D. **The significance of parks to physical activity and public health: a conceptual model**. American Journal of Preventive Medicine. vol 28 (2 suppl 2) pag.159-168, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2 set. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,Lei%2C%20com%20fundamento%20no%20art. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm Acesso em: 06 jan. 2024.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm#:~:text=L9985&text=LEI%20No%209.985%2C%20DE%2018%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Regulamenta%20o%20a%20rt.,Natureza%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRITO, Jorge Luís Silva; LIMA, Eleusa Fátima de. **Atlas escolar de Uberlândia**. 3ª edição. Uberlândia. EDUFU, 2020. 75p.

CASTELNOU NETO, A. M. N. *Ecotopias Urbanas: imagem e consumo dos Parques Curitibanos*. 2005. 470 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR. 2005. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:800//dspace/handle/1884/3521>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CONFERÊNCIA SUB-REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA. 1976, Chosica/Peru. **Alguns conceitos de educação ambiental**. Chosica/Peru, 1976. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática. S.A, 2005.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 1992.

DI FIDIO, M. **Architettura del paesaggio**. 3.ed. Milano: Pirola Editores, 1990.

FALCÃO, Márcia Teixeira; PINHEIRO, Maria das Neves Magalhães; OLIVEIRA, Sandra Kariny Saldanha de. Parques Urbanos como Espaço não Formais para o Ensino da Biogeografia na Cidade de Boa Vista, Roraima. *Revista Educação Geográfica em Foco*, [S.l.], v. 6, n. 12, nov. 2022. ISSN 2526-6276. Disponível em: <<https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaeducacaogeograficaemfoco/article/view/1786>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 18 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1970.

GERALDO, João Carlos. **A evolução dos espaços livres públicos de Bariri, Brotas e Dois Córregos - SP**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. . Acesso em: 04 mar. 2024.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995. 112 p.

LIMA, A. M. L. P. et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994. São Luiz/MA. Anais... São Luiz: Imprensa EMATER/MA, 1994. p. 539-553.

LOBADA, C.R.; DE ANGELIS, B.L.D. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. **Ambiência**. Guarapuava, PR, v.1, n.1, p. 125-139, jan./jun, 2005.

MACEDO, S. S. **Parques Urbanos no Brasil = Brazilian Urban Parks** / Silvio Soares Macedo e Francine Gramacho Sakata – 2.ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial da Universidade de São Paulo, 2003 – [Coleção Quapá].

MARTINS, A. Educação para a conscientização ambiental: Ações transformadoras. **(TCC- Trabalho de Conclusão de Curso)** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p.94. 2008. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/18658/2/Andressa%20de%20Fatima%20Martins.pdf>>. Acesso em: 11, mar. 2024

MARTINS JÚNIOR, O. P. **Arborização Urbana e Qualidade de Vida: Classificação dos Espaços Livres e Áreas Verdes**. Goiânia: Kelps/UCG,2007

MILANO, M. S. Avaliação e análise da arborização de ruas de Curitiba - PR. 1984. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Curitiba, 1984.

NOVAIS, Gean Santos de. **A Geografia e a Educação não Formal: Construção do Conhecimento Geográfico por meio de Oficina**. Bahia, eduECCE, livro 2, 00965. Universidade do Estado da Bahia – Campus V – DCH. 2014, p 1

NUCCI. J.C. **Qualidade ambiental & adensamento urbano: Um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. São Paulo: Humanitas, 2001. Rev. SBAU, Piracicaba, v.3, n.1, mar. 2008, p. 73-91.

OLIVEIRA, C. H. Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnósticos e propostas. 181 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – UFSCAR, São Carlos, 1996.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou **supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP**. Brasília, 2006b. Disponível em: <https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5486>. Acesso em: 10 mar. 2024.

OLIVEIRA, F. L. de. **O nascimento da ideia de parque urbano e do urbanismo modernos em São Paulo**. Arqtextos, São Paulo, 10.120, Vitruvius, mai 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/10.120/3433>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PELICIONI, M.C.F. **Educação em Saúde e educação Ambiental: estratégias de construção da escola promotora da saúde.** [Livre-Docência]. São Paulo(SP): Faculdade de Saúde Pública/USP; 2000.

QUADRA, G.R.; D'ÁVILA, S. Educação Não-Formal: Qual a sua importância? **Revista Brasileira de Zoociências** 17(2): 22-27. 2016.

RISSO, Luciene Cristina; PASCOETO, José Tadeu. A percepção ambiental como contribuição na educação ambiental em trilhas de áreas protegidas e criação de roteiro interpretativo
Environmental perception as a contribution to environmental education in protected area trails and creation of an interpretative itinerary. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 249–264, 2016. DOI: 10.14295/remea.v33i3.5953. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5953>. Acesso em: 8 mar. 2024.

RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o "meio ambiente": produção do espaço urbano - agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 1ª Edição. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 207-230

SANCHOTENE, M. do C.C. Conceitos e Composição do índice de áreas verdes. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, n.1, p.4-9, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 5 ed. São Paulo: Edusp, 1985.

SCOCUGLIA, J. B. C. **O Parc de La Tête d'Or: patrimônio, referência espacial e lugar de sociabilidade.** Arqutextos, São Paulo, 113.03, Vitruvius, out 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/10,113/20>. Acesso em: 08 jan. 2024.

TOZONI-REIS, M. F. C. Educação ambiental na escola básica: reflexões sobre a prática dos professores. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, p. 243-255, 2012.

TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. R. **O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?** Brasília: MEC/Secad, 2007. 262 p.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 9.505, de 02 de junho de 2004.** Dispõe sobre a criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Denominada Parque Natural Municipal do Óleo. Uberlândia, MG, 2004. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/2004/950/9505/decreto-n-9505-2004-dispoe-sobre-a-criacao-da-unidade-de-conservacao-de-protecao-integral-denominada-parque-natural-municipal-do-oleo> Acesso em: 06 jan. 2024.

UBERLÂNDIA. **Decreto n. 7.452. 27 nov. 1997.** Cria os parques municipais que menciona e dá outras providências (Sabiá, Santa Luzia, Mansour, Luizote, Distrito Industrial). Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1997. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/1997/746/7452/decreto-n-7452-1997-cria-os-parques-municipais-que-menciona-e-da-outras-providencias> Acesso em: 06 jan. 2024.

UBERLÂNDIA. **Decreto n. 5595, de 17 de setembro de 1992.** Cria a reserva ecológica municipal e dá outras providências. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1992. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/1992/559/5595/decreto-n-5595-1992-cria-a-reserva-ecologica-municipal-e-da-outras-providencias> Acesso em: 06 jan. 2024.

UBERLÂNDIA, decreto nº 3568, de 05 de junho de 1987.(Revogado pelo Decreto nº 7452/1997) . Declara como de preservação ecológica permanente as áreas que menciona. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/decreto/1987/357/3568/decreto-n-3568-1987-declara-como-de-preservacao-ecologica-permanente-as-areas-que-menciona> Acesso em: 06 jan. 2024.

UHMANN, Rosangela Ines Matos; ZANON, Lenir Basso. DIVERSIFICAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ENSINO DE CIÊNCIAS NA RECONSTRUÇÃO DIALÓGICA DA AÇÃO/REFLEXÃO DOCENTE. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.**, Belo Horizonte , v. 15, n. 3, p. 163-179, dez. 2013 . Disponível em

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172013000300163&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 mar. 2024.

<https://doi.org/10.1590/1983-21172013150310>